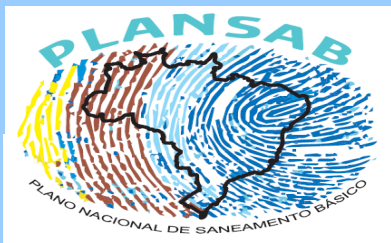


Plano Nacional de Saneamento Básico

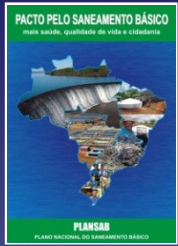
PACTO PELO SANEAMENTO BÁSICO

Mais Saúde, Qualidade de Vida e Cidadania

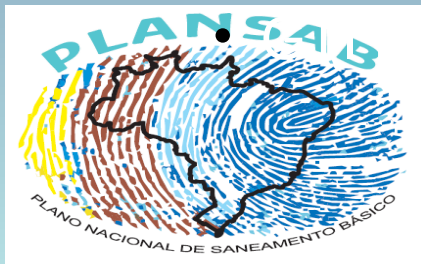
Decreto 6.942 de 19/08/2009



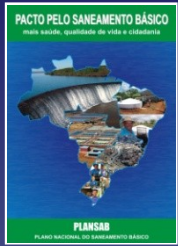
Fundamentos



- Art. 23 da CF 88 – Competência comum para implementar programas de saneamento básico
- Lei 11.445/2007
 - Desafio da Universalização
 - Diretrizes e Objetivos da Política Federal de Saneamento Básico
- ODM
- Resolução Recomendada 62 de 04/12/2008
 - Pacto pelo Saneamento Básico
- Decreto 6.942 de 19/08/2009
 - Biênio Brasileiro do Saneamento Básico
- para coordenar a Elaboração do Plano



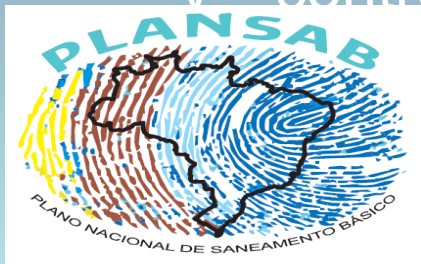
PLANSAB



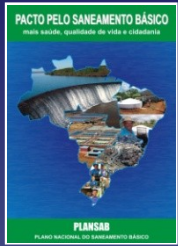
Eixo central da ação do Governo Federal no cumprimento das 'Diretrizes' da Lei de Saneamento Básico

Premissas (art. 5º Dec. 6.942/2009)

- I - universalização do saneamento básico;
- II - integração de políticas;
- III - cooperação federativa;
- IV - melhoria da gestão dos serviços de saneamento; e
- V - controle social.

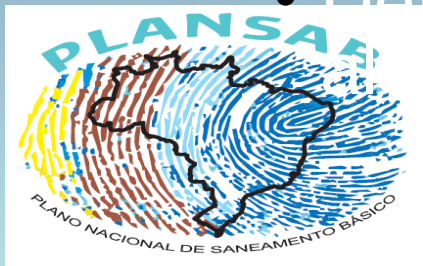


PLANSAB

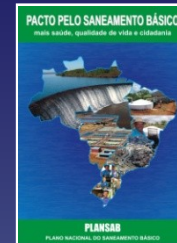


Eixo central da ação do Governo Federal no cumprimento das 'Diretrizes' da Lei de Saneamento Básico

- *Abrangência e alcance nacional:*
 - Articulador e orientador de esforços;
 - Expressão de um 'acordo' de caráter institucional (governo e sociedade) com metas territoriais, sociais e temáticas.
 - Definição de ações e recursos para o alcance dos objetivos.



Art. 48. Diretrizes:



Eqüidade social e territorial;

Desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia;

Adequada regulação;

Planejamento por indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social;

Qualidade de vida: Saúde e Ambiente;

Desenvolvimento urbano e regional;

Atendimento da população rural dispersa;

Adoção de tecnologias apropriadas;

Elegibilidade por fatores de renda e cobertura, urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

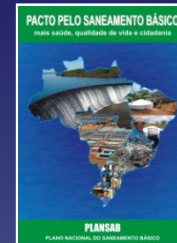
Bacia hidrográfica como unidade de referência;

Estímulo mecanismos de cooperação federativa.

*** Políticas de desenvolvimento urbano e regional, habitação, combate a pobreza, proteção ambiental, promoção da saúde e outras devem considerar a necessária articulação com o saneamento básico.**



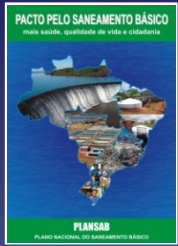
Art. 49. Objetivos:



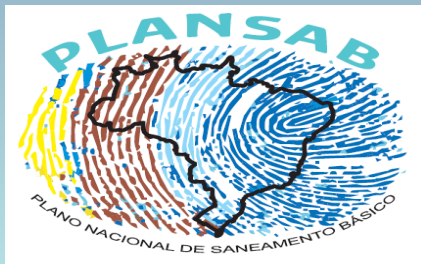
- Contribuir para a **redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;**
- Priorizar áreas ocupadas por **populações de baixa renda;**
- Atender **povos indígenas, populações tradicionais, populações rurais e núcleos urbanos isolados;**
- Assegurar o maior **retorno social** na aplicação dos recursos;
- Incentivar **mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização;**
- Promover **alternativas de gestão: cooperação federativa;**
- Promover o **desenvolvimento institucional;**
- Fomentar **desenvolvimento científico e adoção de tecnologias apropriadas;**
- Minimizar os impactos ambientais.



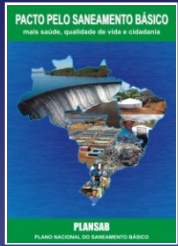
Conteúdo (Art. 52 da Lei 11.445/07)



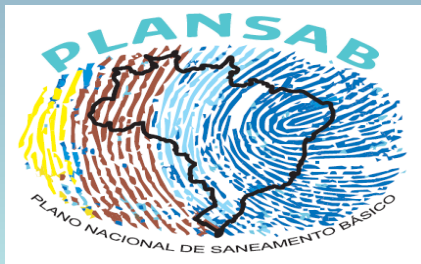
- ✓ Objetivos e metas para a universalização;
- ✓ Diretrizes para o equacionamento de condicionantes;
- ✓ Definição de programas e fontes de financiamento;
- ✓ Diretrizes para ações de saneamento em áreas de especial interesse turístico;
- ✓ Sistema de Avaliação da eficiência e da eficácia das ações.



PLANSAB

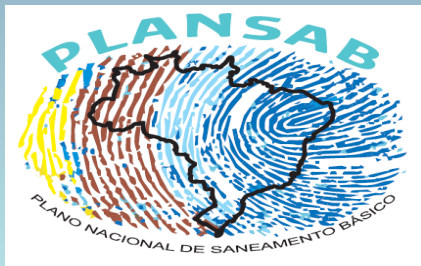
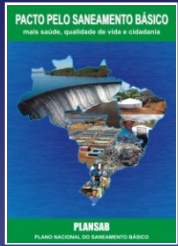


- *Reveste-se de:*
 - Caráter vinculante em relação aos programas e ações da União.
 - Papel orientador junto aos demais entes da federação.
- *Foco nos Princípios da Lei 11.445/2007*
 - *É orientador do PPA e seus programas de investimento.*

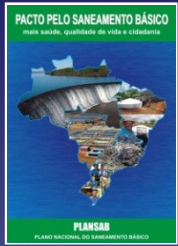


Processo de elaboração do PLANSAB

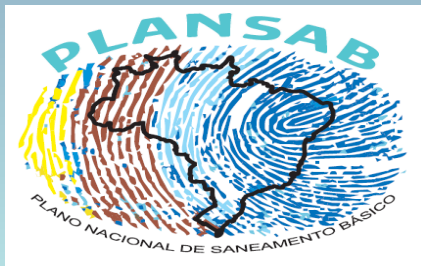
Etapas:



O processo de elaboração do PLANSAB

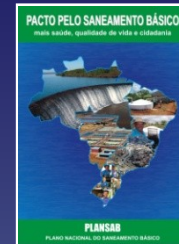


- Pilares: Órgãos Federais que atuam no Saneamento Básico e Conselhos das Cidades.
- Adesão e compromisso de todos os agentes sociais, econômicos e governamentais.
- Conhecimento, transparência, agenda de debates públicos e canais de participação.



PACTO PELO SANEAMENTO BÁSICO

mais saúde, qualidade de vida
e cidadania

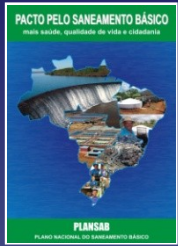


*Resolução Recomendada 62 de 3/12/2008 do
Conselho das Cidades*

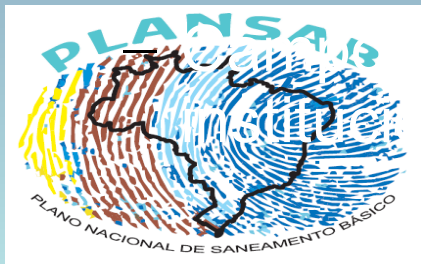
Documento de adesão e compromisso do Governo e da sociedade, por meio dos segmentos representados no Conselho das Cidades, em torno dos eixos e estratégias e do processo de elaboração do PLANSAB.

Pacto pelo Saneamento Básico

Eixos:



- **Metas para a Universalização**
 - Nacionais e regionalizadas com todos os entes da federação;
 - Qualidade, integralidade e inclusão social.
- **Participação e Controle Social**
 - Canais de Informação, espaços de representação, papel do Conselho das Cidades.
- **Cooperação Federativa**
 - Equilíbrio e integração.

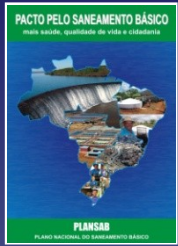


Planejamento, gestão, desenvolvimento institucional e investimento.

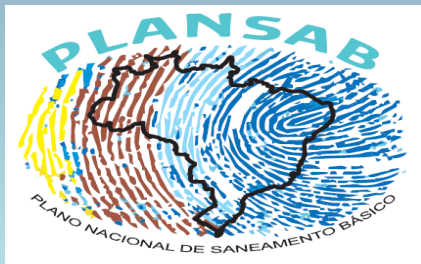


Pacto pelo Saneamento Básico

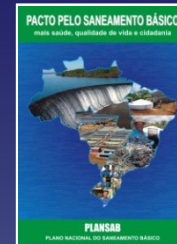
Eixos:



- **Integração de Políticas**
 - Diferentes órgãos que atuam no saneamento
 - Saúde, desenvolvimento urbano e regional, recursos hídricos e meio ambiente
- **Gestão e Sustentabilidade**
 - Modelos alternativos
 - Cooperação e assistência técnica
 - Eficiência e eficácia
 - Monitoramento e avaliação



Pacto pelo Saneamento Básico



- **Abordagem federativa**

- Ambiente de articulação e cooperação.
- Diálogo com sistemas de planejamento municipal e estadual.

- **Intersetorialidade e transversalidade**

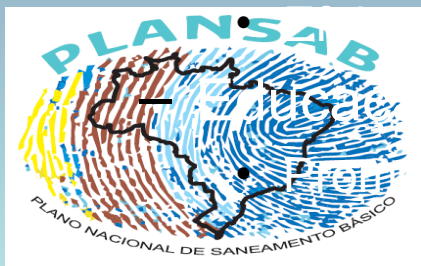
Integração com as políticas setoriais

- Política Territorial e Urbana
 - Considerar: desigualdades regionais, bacias hidrográficas e planos diretores.
- Política Ambiental e de Recursos Hídricos
 - Uso racional de recursos naturais, redução de impactos.
- Política de Saúde

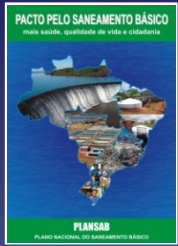
- Impacto direto para a saúde e a salubridade ambiental.

- Integração com o Ambiental

- Promoção da participação e apoio ao controle social.



Pacto pelo Saneamento Básico



Inclusão Social **Pressupostos:**

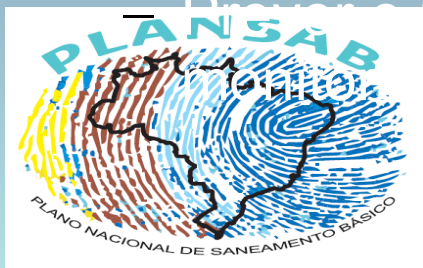
- Acesso/continuidade: população de baixa renda.
- Objetivos sociais e atendimento essencial à saúde.

• **Investimento**

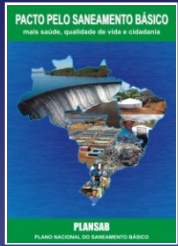
- Permanente e compatível com o horizonte de universalização. Definição das respectivas fontes.
- Considerar índices de desempenho.
- Progressiva desoneração fiscal.

• **Participação e Controle Social**

- Garantia do acesso à informação.
- Pressão instrumentalizar a participação no planejamento e no monitoramento e avaliação.



Plano Nacional de Saneamento Básico



•Universalização

Objetivos:

- Objetivos e Metas quantitativas nas quatro modalidades;
- Aspectos qualitativos: integralidade, sustentabilidade, equidade e continuidade; e
- Garantia da demanda essencial e padrões de qualidade.

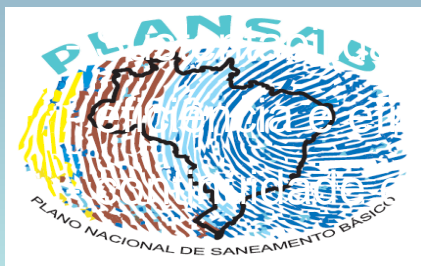
•Promoção da saúde e qualidade de vida

- Redução de riscos e efeitos à saúde; e
- Metas de salubridade ambiental.

•Promoção da sustentabilidade ambiental

- Dimensões: ambiental, social e econômica.

•Melhoria da Gestão e da qualidade e sustentabilidade dos serviços



...e econômico-financeira e técnica; e

...eficiência; e

...segurança.



Plano Nacional de Saneamento Básico

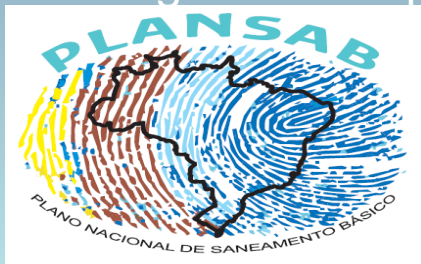
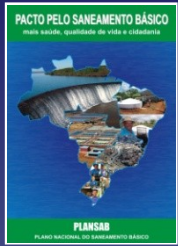
Objetivos:

•Regulação

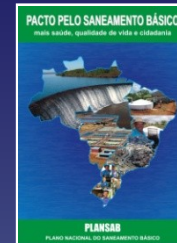
- Apoiar titulares dos serviços e estabelecer procedimentos e normas de regulação e fiscalização
- Prever um papel complementar da União mantendo mecanismos de informação

•Direito à Cidade

- Contemplar em seus programas e metas as interfaces com os seguintes temas:
- Habitação de Interesse Social
- Urbanização e regularização
- Redução e erradicação de áreas de risco
- Transporte, trânsito e acessibilidade
- Regiões metropolitanas



PANORAMA DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL



Trabalho especializado de sistematização e análise de informações e de produção conceitual e formulação de uma visão estratégica para a política pública de saneamento no País:

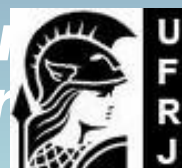
PARTE 1 - Visão Estratégica

PARTE 2 - Diagnóstico: Sistematização e análise de informações

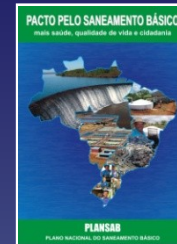
PARTE 3 - Cadernos Temáticos

Instituições Responsáveis:

Universidade Federal de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro

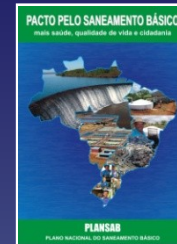


Coordenação do Panorama



- Prof. Léo Heller – *DESA/UFMG*
- Prof^a. Sonaly Rezende – *DESA/UFMG*
- Prof. Luiz Roberto Moraes – *DEA/UFBA*
- Prof^a. Patrícia Borja – *DEA/UFBA*
- Prof^a. Ana Lúcia Britto – *FAU/UFRJ*

Panorama: Objetivo Geral



Pesquisar e analisar a situação do Saneamento Básico no País enquanto política pública integrada e seus serviços nos quatro componentes, em diferentes temas de caráter transversal e na articulação com outras políticas públicas correlatas.

PARTE 0 – Formulação do Marco Conceitual e Metodológico do PLANSAB

PARTE I - identificação e análise dos condicionantes e condições futuras a serem enfrentadas e definição de uma **Visão Estratégica** para a política pública e os serviços públicos de Saneamento Básico nos próximos 20 anos.

PARTE II - **Diagnóstico Analítico** da situação do Saneamento Básico no País relativamente aos aspectos técnico, social, econômico, ambiental e institucional com base em informações secundárias disponíveis sobre o acesso, as condições de saúde, o desempenho e a capacidade de gestão das partes interessadas, as políticas públicas e o investimento para o setor.

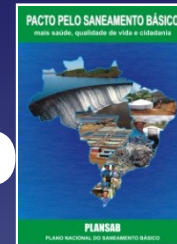
PARTE III - a produção de **Cadernos Temáticos** para a análise de desafios e condicionantes e o aprofundamento conceitual em temas de relevante interesse a fim de subsidiar a definição de objetivos, metas e estratégias na formulação do Plano e seus Programas, Projetos e Ações.

Parte IV - **Versão Preliminar do Plansab.**

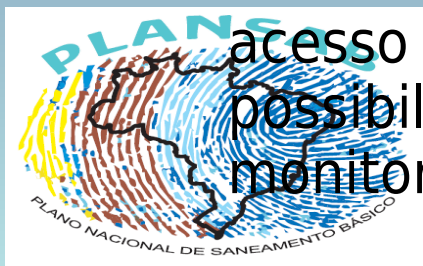


Agenda PLANSAB	PRAZO
Subsídios - Debates com especialistas, avaliação de outros Planos	Abr-Jul/08
Definição de Diretrizes no C.T. Saneamento Ambiental - ConCidades	09/Jul/08
Constituição do GTI e do GA-CTSA: Definição do Projeto Estratégico (Port. 462/08)	Jul-Set/08
Discussão e Aprovação do Pacto pelo Saneamento Básico (Resolução Rec. 62/2008)	Out-Dez/08
Elaboração do Estudo 'Panorama do Saneamento Básico no Brasil'	Ago/09-Mai/10
Seminários Regionais	Out-Nov/09
Oficinas Temáticas	Abr-Mai/10
Discussão de Objetivos e Metas: Seminários Regionais (audiências) e consultas públicas	Abr-Mai/10
Apresentação da Proposta do PLANSAB em Seminário Nacional e aos Conselhos (CNRH, CONAMA e CNS). Apreciação pelo Conselho das Cidades	Jun-Set/10
Aprovação pelo Ministro das Cidades e Homologação pelo Presidente da República	Out-Nov/10

Etapa III - Elaboração do Plano



- 1 - PLANSAB: i) Documento do Plano, contendo Visão Estratégica, objetivos e metas do País para a universalização dos serviços e estratégias para sua implementação; e ii) Documento com o Detalhamento de Programas, Projetos e Ações, formas de financiamento, governança, etc.
- 2 - Sistema de monitoramento do PLANSAB: i) Definição de objetivos, funções, dos meios, atributos organizações e infraestrutura, dos mecanismos de coordenação e das prerrogativas que garantam o acompanhamento e análise eficiência e eficácia dos programas, projetos e ações do PLANSAB, assim como os mecanismos para permitir o acesso às informações por toda a sociedade, possibilitando o controle social. O sistema de monitoramento estará diretamente vinculado ao SNISA.





OBRIGADO

Secretaria Nacional de
Saneamento Ambiental
Ministério das Cidades
plansab@cidades.gov.br

